



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo nº 12/2025**

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a celebração de contrato de rateio para a destinação ambiental adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU), tendo em vista o Pacto de Preservação Ambiental firmado entre o MPT/SE, MPSE E O MPCSE, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Carira/SE.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme disposto no art. 43 do Decreto Municipal nº 14/2024.

1.3. Natureza do objeto: O serviço é de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obras.

1.4. Critério de julgamento: Não se aplica

1.5. O lance deverá ser ofertado pelo: Não se aplica.

1.6. Modo de disputa: dispensa de acordo com Art 75, XI da Lei 14.133/2

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os requisitos e especificações, para contratação de empresa especializada para a celebração de contrato de rateio para a destinação ambiental adequada dos resíduos sólidos urbanos atendimento da prefeitura municipal de Carira, através da Secretaria Municipal SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com o objetivo de suprir suas necessidades administrativas, até 31.12.2026.

2.2 CONSIDERANDO o Pacto de Preservação Ambiental – Por um Sergipe Sustentável, celebrado junto aos Ministérios Públicos de Sergipe: MPE - Ministério Público Estadual, MPC - Ministério Público de Contas e MPT - Ministério Público do Trabalho, através do CAOP - Centro Operacional do Meio Ambiente, na Capital Sergipana;

2.3 CONSIDERANDO que esse pacto tem o objetivo de tratar corretamente a destinação dos RSU - Resíduos Sólidos Urbanos no âmbito dos Municípios Brasileiros, tendo como ênfase os pilares da EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COLETA SELETIVA e COMPOSTAGEM, instrumentos necessários para atender à PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos e a destinação final dos rejeitos;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

2.4 CONSIDERANDO o compromisso assumido de que o Município providenciará a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos antes destinados ao lixão, uma vez que o foco principal do pacto recai sobre três pilares fundamentais: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COLETA SELETIVA e COMPOSTAGEM. Estes são considerados instrumentos vitais para a implementação eficaz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e para atingir uma destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos. A ênfase nessas áreas estratégicas reflete um reconhecimento sólido da importância de conscientizar a comunidade local, implementar práticas de separação de resíduos na fonte e adotar métodos de decomposição orgânica.

2.5 CONSIDERANDO ainda o disposto no artigo 75, inciso XI da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe o seguinte: “Art. 75.

É dispensável a licitação: [...] XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

3. MODELO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PREF	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para a celebração de contrato de rateio para a destinação ambiental adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU), tendo em vista o Pacto de Preservação Ambiental firmado entre o MPT/SE, MPSE E O MPCSE, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Carira/SE	SV	12	R\$ 12.983,60 CONTRATO DE RATEIO R\$ 25.575,84 CONTRATO DE RATEIO PARA DESTINAÇÃO DE RSU	R\$ 155.803,15 R\$ 306.910,08



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 462.713,13 (quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e treze reais e treze centavos)
-----------------------------	--

O MUNICÍPIO CONSORCIADO repassará ao CPAC, a título de rateio ordinário para o exercício de 2026, o valor estimado correspondente ao percentual de 0,30% (zero vírgula trinta por cento) do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e 0,30% (zero vírgula trinta por cento) do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), tomando por referência a média histórica dos repasses, tendo por base a Lei Municipal autorizativa e o demonstrativo de previsão constantes do ANEXO ÚNICO, que integram o presente instrumento.

3.1. A estimativa de valor mensal e global para o exercício de 2026 constará do ANEXO ÚNICO, podendo ser ajustada, mediante termo aditivo, caso haja variação significativa nas bases de cálculo ou na realidade orçamentária do Município.

3.2. A operação financeira será realizada, preferencialmente, por meio de:

I – retenção automática da parcela correspondente do FPM e/ou ICMS, nos termos autorizados pela legislação municipal e pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Estado de Sergipe; e/ou

II – débito automático em conta bancária do MUNICÍPIO indicada para este fim; e/ou

III – transferência direta mensal dos valores devidos para as contas do CPAC.

3.3 Transferência automática dos recursos:

a) Em razão da autorização municipal, os recursos destinados ao custeio deste Programa poderão ser:

I – retidos automaticamente do FPM/ICMS pelo Estado/União e repassados ao CPAC;

II – debitados automaticamente da conta bancária do MUNICÍPIO, mediante autorização expressa deste instrumento;

III – transferidos diretamente ao CPAC, nas contas por este indicadas.

b) O banco depositário fica autorizado, mediante apresentação de documentação do CPAC, a efetuar as transferências.

3.4. Fica reiterada a autorização irretratável do MUNICÍPIO CONSORCIADO para vinculação e retenção de receitas próprias ou transferidas (inclusive FPM e ICMS), nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 11.107/2005, do Decreto nº 6.017/2007, da Portaria STN nº 274/2016, da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal aplicável, com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras assumidas neste contrato de rateio ordinário.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Assegurar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos anteriormente destinados aos lixões. Esta promessa não apenas está alinhada com as diretrizes da PNRS, mas também representa um avanço significativo na mitigação dos impactos ambientais negativos associados à disposição inadequada de resíduos.

4.1.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.2. (critérios e práticas de sustentabilidade)

4.2. Entregar os produtos no local indicado pelo município ou Fundos Municipais de acordo com as demandas, de forma parcelada e de acordo com as solicitações dos órgãos com especificação registrados e na forma prevista pelos mesmos;

4.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;

4.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, bem como substituir, sem ônus adicionais e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação formal desta Administração, o(s) materiais/equipamentos cujos padrões de qualidade, segurança e finalidade não se prestem ao seu fim específico.

4.6. Não se aplica

4.7. Não se aplica

4.8. Não se aplica

4.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

4.4. Não haverá exigência de garantia da contratação a que se refere o artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. A prestação do serviço será realizada por empresa especializada. Para colocá-lo em prática, será necessária a contratação dos serviços especificados no "item 3". Todos os serviços contratados serão regulamentados através de contratos, com determinações claras e objetivas sobre as atribuições de cada contratado.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

5.2. Os **critérios de qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor são:

5.2.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da licitante. No caso do documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, o mesmo será considerado 30 (trinta) dias da data de sua emissão.

6. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

6.1 O presente CONTRATO DE RATEIO ESPECÍFICO terá vigência de 5º de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, correspondendo ao exercício financeiro de 2026.

6.2. A continuidade da participação do MUNICÍPIO no Programa de Destinação Final de Resíduos Sólidos, em exercícios posteriores, exigirá a celebração de novos contratos de rateio anuais ou aditivos específicos, compatíveis com as respectivas Leis Orçamentárias Anuais, sem que isso implique necessidade de renovação do Contrato de Programa.

6.3. A vigência anual deste Contrato de Rateio Específico constitui requisito orçamentário, não afetando a vigência plurianual do Contrato de Programa, que permanece inalterada.

6.2. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONSORCIADO

6.2.1 Constituem obrigações do MUNICÍPIO CONSORCIADO:

- I – garantir o fiel cumprimento do disposto no Contrato de Programa e neste contrato de Rateio;
- II - efetuar, na forma ajustada, os repasses financeiros mensais devidos ao CPAC, decorrentes das medições do Programa;
- III – autorizar, de forma expressa e irretratável, a retenção de FPM/ICMS até o limite estabelecido no presente contrato e na legislação municipal;
- IV – prever e manter dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes deste contrato;
- V – receber, analisar e incorporar em sua contabilidade a prestação de contas encaminhada pelo CPAC;
- VI – colaborar com o CPAC, fornecendo dados e informações necessários à correta apuração dos valores devidos (toneladas destinadas, tipologia dos resíduos, etc.).
- VII – acompanhar os boletins mensais de medição, relatórios de destinação final e documentos operacionais, responsabilizando-se pela conferência dos volumes informados, observando-se o ciclo de conferência previsto no Contrato de Programa.
- VIII – atuar em conjunto com o CPAC no esclarecimento de inconsistências nos relatórios ou medições, apresentando informações complementares quando necessário

6.3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO (CPAC)

Prefeitura Municipal de Carira/SE CNPJ: 13.099.882/0001-36
Endereço: Praça Olímpio Rabelo de Moraes, nº 56, Bairro Centro, Carira/SE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

6.3.1. Constituem obrigações do CPAC:

- I – cumprir integralmente o regime de gestão associada previsto no Contrato de Programa, atuando como intermediário técnico, administrativo e regulatório entre o MUNICÍPIO e a empresa contratada, sem assumir natureza de tomador final dos serviços.
- II – consolidar os relatórios operacionais emitidos pela empresa contratada e disponibilizá-los ao MUNICÍPIO para fins de controle, fiscalização e liquidação das despesas.
- III – proceder à validação mensal das medições, observando os critérios de auditoria técnica, rastreabilidade, volumetria e controle operacional definidos no Contrato de Programa.
- IV – aplicar os recursos do Rateio Específico recebidos do MUNICÍPIO exclusivamente nas ações relacionadas ao Programa de Destinação Final de Resíduos Sólidos para custeio específico dos serviços de manejo e disposição final de resíduos sólidos, proporcional às medições e utilização dos serviços do próprio MUNICÍPIO.
- V – prestar contas ao MUNICÍPIO CONSORCIADO, com periodicidade mínima anual, ou sempre que solicitado, observando as normas de contabilidade pública;
- VI – manter controle rigoroso das medições e dos valores devidos por Município, em consonância com o contrato celebrado com a empresa de destinação final;
- VII – informar mensalmente ao MUNICÍPIO os valores devidos, pagos, eventuais saldos devedores e créditos;
- VIII – contabilizar os recursos recebidos e fornecer recibos dos depósitos/transferências;
- IX – facilitar o acompanhamento e a fiscalização, pelo MUNICÍPIO e pelos órgãos de controle, de todas as atividades objeto deste instrumento;
- X – dar cumprimento às obrigações de transparência previstas no Contrato de Programa e na legislação aplicável.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Entrega e critérios de aceitação do objeto

7.2 Não se aplica

7.2. Da subcontratação

7.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

8. PAGAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Do pagamento

8.1.1. A transferência dos recursos financeiros necessários para efetivação deste contrato será efetivada mensalmente, todo o dia 10 (dez) e incorrendo a referida data em dia não útil será transferida para o último dia útil que antecede a data, observado o cronograma de desembolso constante no anexo.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3.8.2. A transferência financeira será efetivada através de débito automático.

3.8.3. Não havendo saldo suficiente para quitação do débito dos valores recebidos no primeiro decêndio, será processado o débito com prioridade junto aos segundo e terceiro decêndios

8.1.4. O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

8.1.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.1.7. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.1.8. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.1.9. Na hipótese de restar configurada a ausência de algum dos documentos exigidos ou que a empresa não está regular perante um ou mais dos órgãos elencados, o ente contratante só poderá dar continuidade aos trâmites relativos ao pagamento pelos fornecimentos já regularmente depois de notificar a Contratada para que posteriormente apresente o(s) documento(s) ausente(s) ou adote as providências necessárias à sua regularização fiscal e trabalhista junto aos órgãos competentes, conforme o caso, concedendo-lhe prazo específico para fazê-lo e assim efetuar o pagamento.

8.1.10. Uma vez constatada a irregularidade, a emissão de novas ordens de fornecimento deve ser suspensa até que seja comprovada pela Contratada a sua regularidade fiscal e trabalhista, na forma do item.

8.1.11. Não haverá pagamento antecipado.

8.1.12. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras elencadas neste Termo de Referência;

8.2. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro

8.2.1. Qualquer alteração no valor do produto só será aceita se tiver devida comprovação que não foi por conta da contratada, seja devidamente enviada a justificativa.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O Valor estimado da Contratação é de **R\$ 306.910,08 (trezentos e seis mil, novecentos e dez reais e oito centavos)** Contrato de Rateio para Destinação de RSU **global referente ao CONTRATO DE RATEIO PARA DESTINAÇÃO DE RSU e R\$ 155.803,15 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e três reais e quinze centavos)** global referente ao **CONTRATO DE RATEIO.**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente CONTRATO DE RATEIO correrão por conta de rubricas orçamentárias para o exercício financeiro de 2026, constante da Lei Orçamentária Anual – LOA ou como crédito adicional especial na legislação Orçamentária pertinente, dotação suficiente para suportar as despesas assumidas.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que, com dolo ou culpa, cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

11.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.5.4. deixar de apresentar amostra ou realizar prova de conceito.

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.14. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando

11.1.14.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei em qualquer momento da licitação;

11.1.14.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.14.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.14.4. prestar declaração falsa quanto ao enquadramento como ME/EPP.

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2011.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12.
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Carira, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, isenta o fornecedor da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou processo administrativo de responsabilização.

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

Carira/Se, 18 de dezembro de 2025.

HERMESON LUIZ DA HORA MENEZES
SECRETÁRIO MUNICIPAL

Ratifico e aprovo o presente em 18/12/2025.


Diogo Menezes Machado
Prefeito Municipal